



**PODER JUDICIÁRIO**  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2020**

**Processo nº. JFES-EOF-2020/000167**

A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU – Seção Judiciária do Espírito Santo leva ao conhecimento dos interessados que, mediante as condições estabelecidas neste **Edital**, realizará **licitação** na modalidade **Pregão**, na forma **eletrônica**, com critério de julgamento **menor preço por item**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por **preço global**, nos termos da **Lei nº 10.520/2002**, do **Decreto nº 10.024/2019**, da **Lei Complementar nº 123/2006**, do **Decreto nº 8.538/2015**, da **Lei nº 12.846/2013** e, subsidiariamente, da **Lei nº 8.666/1993** e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

**DIA: 10 de novembro de 2020**

**HORÁRIO: 13h00 (horário de Brasília/DF)**

**LOCAL:** Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br](http://www.gov.br)

**CÓDIGO UASG: 90014**

**DO ÓRGÃO CONTRATANTE:**

**JUSTIÇA FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**CNPJ 05.424.467/0001-82**

**Código UASG: 90014**

**Endereço: Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877**

**Bairro: Monte Belo - CEP: 29.053-245 - Vitória - ES**

**Site: [www.jfes.jus.br](http://www.jfes.jus.br)**

**SEÇÃO DE LICITAÇÕES: Fone (27) 3183- 5105/5094 (de 12 as 19h)**

**E-mail: [pregoeiro@jfes.jus.br](mailto:pregoeiro@jfes.jus.br)**

**SEÇÃO I - DO OBJETO**

1. A presente **licitação** tem como objeto a locação, com instalação e manutenção, de centrais privadas de comutação telefônica baseadas em tecnologia de comutação temporal (PABX CPA-T Digital), autônomas e configuráveis, e de aparelhos telefônicos digitais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste **Edital** e seus anexos.

- 1.1. Os serviços serão prestados nas seguintes localidades do estado do Espírito Santo: Vitória, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Colatina e Linhares, conforme endereços constantes no item 2 do Anexo 1 – Termo de referência, deste **Edital**.
- 1.2. A licitação será realizada em único item.





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do item, observadas as exigências contidas neste **Edital** e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no **Comprasnet** e as especificações constantes deste **Edital**, prevalecerão as últimas.

## SEÇÃO II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste **Edital**, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

PROGRAMA DE TRABALHO: **168312 (JC)**  
ELEMENTO DE DESPESA: **3390.39.12**

## SEÇÃO III - DO CREDENCIAMENTO

3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br](http://www.gov.br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.
5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do **licitante** ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este **Pregão**.
6. O **licitante** responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da **licitação** por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 7.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## SEÇÃO IV - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

8. Poderão participar deste **Pregão** interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta **licitação** e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.
9. Os **licitantes** deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.
10. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
11. Não poderão participar deste **Pregão** os interessados:





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

- 11.1. Que não atendam às condições deste **Edital** e seu(s) anexo(s).
  - 11.2. Suspensos de participar de **licitação** e impedidos de contratar com a SJES, durante o prazo da sanção aplicada.
  - 11.3. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.
  - 11.4. Impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada.
  - 11.5. Condenados por ato de improbidade administrativa.
  - 11.6. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
  - 11.7. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.
  - 11.8. Cujo estatuto ou contrato social não seja compatível com o objeto deste **Pregão**.
  - 11.9. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação.
  - 11.10. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.
  - 11.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
  - 11.12. Que entre seus sócios haja servidor desta Administração.
  - 11.13. Que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.
    - 11.13.1. A vedação descrita no item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.
12. Empresas que se encontrem em processo de fusão, cisão ou incorporação somente poderão participar do certame, caso atendam aos seguintes requisitos, estabelecidos pelo E. Tribunal de Contas da União, através do Acórdão 634/2007-Plenário:
- 12.1. Observância, pela nova empresa, dos requisitos de habilitação e qualificação estabelecidos neste **Edital** e em seus anexos.
  - 12.2. Inexistência de prejuízo para a execução do objeto pactuado, causado pela modificação da estrutura da empresa.
13. A possibilidade de participação de empresas em processo de cisão, fusão ou incorporação será apreciada Administração, que anuirá, ou não, com a respectiva participação, a partir da análise dos requisitos estabelecidos na Cláusula anterior, ficando, desde logo, ciente o **licitante** que, nesses casos, a pessoa jurídica decorrente da cisão, fusão ou incorporação deverá manter, no curso da





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

execução contratual, todos os requisitos de habilitação e qualificação estabelecidos neste **Edital** e anexos.

**14.** Como condição para participação no **Pregão**, o **licitante** assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico **Comprasnet**, relativo às seguintes declarações:

- 14.1.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no **Edital** e seus anexos.
- 14.2.** Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do **Edital**.
- 14.3.** Que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, sob pena de inabilitação.
- 14.4.** Que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei, caso o **licitante** seja enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

**15.** A declaração falsa relativa aos itens acima, em especial, ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o **licitante** às sanções previstas neste **Edital**.

#### SEÇÃO V – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**16.** Os **licitantes** encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico **Comprasnet**, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no **Edital**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço até a data e o horário marcados para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e dos documentos de habilitação. Dessa forma, antes da data e hora para abertura da sessão pública, os **licitantes** deverão, em campo próprio do sistema eletrônico:

- 16.1. Registrar** o preço global para a prestação dos serviços em campo próprio do sistema eletrônico **Comprasnet**.
  - 16.1.1.** O preço global para a prestação dos serviços a ser consignado no sistema eletrônico **Comprasnet** deverá corresponder ao preço total para locação do PABX por período de 48 meses mais o preço Dos serviços de instalação, ambos considerando todas as localidades de prestação dos serviços, conforme linha “Valor Global (locação mensalx48 + instalação)” indicada no Anexo 2 - Modelo de Proposta de Preços, deste **Edital**.
  - 16.1.2.** Na cotação do preço global deverão estar inclusos todos os itens de custos e despesas, tais como: materiais, serviços, transportes, embalagens, seguros, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e todas as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.
- 16.2. Anexar** os documentos de habilitação, conforme exigido no item abaixo:
  - 16.2.1. Atestado de Capacidade Técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando haver prestado ou estar prestando, A CONTENTO, serviços de instalação de Central





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

Telefônica Privada de comutação telefônica baseada em tecnologia de comutação temporal (PABX CPA-T Digital).

17. É dever do **licitante** atualizar previamente as comprovações constantes do **SICAF**, exigidas neste **Edital**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, **em conjunto com a apresentação da proposta, antes da abertura da sessão pública**, a respectiva documentação atualizada.
18. O envio da proposta e dos documentos de habilitação, exigidos neste **Edital**, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
19. Até a abertura da sessão pública, os **licitantes** poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
20. Os **licitantes** poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do **SICAF**, assegurado aos demais **licitantes** o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
21. Qualquer elemento em sua proposta eletrônica que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse **Edital**.
22. O momento de encaminhamento da proposta e habilitação será encerrado automaticamente com a abertura da sessão pública.
23. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.
24. A proposta e a habilitação encaminhadas por meio do sistema eletrônico **Comprasnet** somente serão disponibilizadas para avaliação do **Pregoeiro** e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
25. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste **Edital**, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
26. A proposta deverá obedecer aos termos deste **Edital** e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro **licitante**.
27. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
28. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
29. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
  - 29.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, os **licitantes** ficam liberados dos compromissos assumidos.
30. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do **licitante**, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

#### SEÇÃO VI – DA VISITA TÉCNICA

31. O **licitante** poderá visitar os locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à Seção de Telefonia pelo telefone 027-3183-5000, no horário de 12 as 19h, de segunda a sexta-feira.

- 31.1. A visita será acompanhada por representante da SJES, designado para esse fim.
- 31.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os **licitantes** não poderão alegar o desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste **Pregão**.

#### SEÇÃO VII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

32. A abertura, pelo **Pregoeiro**, da sessão pública deste **Pregão** ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste **Edital**, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

33. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e os **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

34. Incumbirá ao **licitante** acompanhar as operações no sistema **eletrônico** durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

#### SEÇÃO VIII – CONFORMIDADE, ORDENAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS

35. O **Pregoeiro** verificará as propostas eletrônicas apresentadas e desclassificará, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste **Edital**.

- 35.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

36. Qualquer elemento na proposta eletrônica que possa identificar o **licitante** importa na sua desclassificação pelo **Pregoeiro**.

37. Não serão desclassificadas, antes da fase de lances, propostas eletrônicas com preço superior ao definido no Anexo 03 – Planilha Demonstrativa de Preço.

38. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

39. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

40. O **Pregoeiro** deverá suspender a sessão pública do **Pregão** quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, de que trata o art. 28 do Decreto n.º 10.024/2019, irá perdurar por mais de um dia.

- 40.1. Após a suspensão da sessão pública, o **Pregoeiro** enviará, via chat, mensagens aos **licitantes** informando a data e o horário previstos para o início da oferta de lances.





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

#### SEÇÃO IX – DA FASE COMPETITIVA

41. Na etapa competitiva, os **licitantes** classificados poderão oferecer lances sucessivos, por meio do sistema eletrônico, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no **Edital**, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

41.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor preço por item.

42. O **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

43. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

44. Durante o transcurso da sessão pública, os **licitantes** serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do **licitante**.

45. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

46. Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

47. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível aos **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

48. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação do aviso de licitação.

49. Caso o **licitante** não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

50. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser, de, no mínimo, 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

51. Neste **Pregão Eletrônico** o modo de disputa adotado é o “ABERTO”, em que os **licitantes** apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

52. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

53. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

54. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

55. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o **Pregoeiro**, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

56. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

57. Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico **Comprasnet** permanecer acessível aos **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

58. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

59. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

59.1. Caso o licitante tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço Eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento), já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para esse benefício, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

60. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

61. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

62. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

63. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

64. A ordem de apresentação pelos **licitantes** é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

64.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

64.1.1. Prestados por empresas brasileiras.







SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

**64.1.2.** Prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**64.1.3.** Prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

**65.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

#### SEÇÃO X - DA NEGOCIAÇÃO

**66.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **Pregoeiro** encaminhará, pelo sistema eletrônico do **COMPRASNET**, contraproposta diretamente ao **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste **Edital**.

**67.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**68.** Após a negociação do preço, o **Pregoeiro** iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

#### SEÇÃO XI – DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

**69.** Encerrada a etapa de negociação, o **Pregoeiro** examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste **Edital** e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

**70.** Para realizar sua análise, no momento da aceitação do lance vencedor, o **Pregoeiro** solicitará ao **licitante melhor classificado** o envio da sua proposta, readequada ao lance vencedor, no prazo de até 02 (duas) horas, por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema **Comprasnet**.

**70.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo **Pregoeiro** por solicitação escrita e justificada do **licitante**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo **Pregoeiro**.

**71.** A proposta de preço, solicitada conforme item anterior, deverá conter:

**71.1.** Planilha orçamentária, conforme modelo do Anexo 2, deste **Edital**, contendo preços unitários e totais, em moeda nacional, ressaltando que todas as eventuais incorreções existentes na planilha estimativa deverão ser levadas em conta no preço global proposto.

**71.1.1.** A planilha do Anexo 2 se destina a padronizar as propostas.

**71.1.2.** Mesmo que haja integração de placas, os valores de preços relativos a todas as quantidades de portas da planilha deverão ser cotados.

**71.1.3.** As quantidades de gabinete podem variar de acordo com a peculiaridade técnica dos equipamentos.





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

- 71.1.4.** Os serviços de instalação incluem também, em caso de mudança de endereço, o serviço de desinstalação das centrais nos endereços originais.
- 71.2.** Preferencialmente: nome, número do banco, da agência e da conta corrente do licitante.
- 71.3.** Preferencialmente: nome, número de identidade, do CPF e telefone de pessoa para assinar o contrato, ata de registro de preço ou responsável para recebimento da nota de empenho, conforme o caso.
- 72.** O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 72.1.** O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer técnico de pessoas pertencentes ou não ao quadro de pessoal da SJES para orientar sua decisão.
- 72.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 72.3.** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do **licitante**, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 72.4.** O ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.
- 73.** O **Pregoeiro** poderá convocar o **licitante** para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema **Comprasnet**, no prazo de até 02 horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 73.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo **Pregoeiro** por solicitação escrita e justificada do **licitante**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo **Pregoeiro**.
- 73.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **Pregoeiro**, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio Eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo **Pregoeiro**, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema Eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 74.** O **Pregoeiro** fixará prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta detalhada quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela SJES ou haja necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus Anexos.
- 75.** Caso o **Pregoeiro** realize diligências com vistas ao saneamento da proposta, suspenderá a sessão pública do certame.
- 75.1.** Após a suspensão da sessão pública, o **Pregoeiro** enviará, via chat, mensagens aos **licitantes** informando a data e o horário previstos para seu reinício com, no mínimo, 24 horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 75.2.** O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracterizará hipótese de desclassificação da proposta.





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

- 75.3.** Será desclassificada a proposta que não corrigir ou justificar eventuais irregularidades apontadas pelo Pregoeiro.
- 76.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 77.** Não será declarada vencedora do certame proposta que estiver com preço (unitário, total ou global) superior ao definido no Anexo 03 – Planilha Demonstrativa de Preços.
- 78.** O **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste **Edital**.
- 79.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 80.** Sempre que a proposta não for aceita e antes de o **Pregoeiro** passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 81.** Encerrada a análise quanto ao julgamento da proposta, o **Pregoeiro** verificará a habilitação do **licitante**, observado o disposto na Seção XII – Da Habilitação, deste **Edital**.

## SEÇÃO XII - DA HABILITAÇÃO

- 82.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do **licitante classificado em primeiro lugar**, o **Pregoeiro** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 82.1.** SICAF.
- 82.2.** Cadastro Nacional de Pessoas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União, no site <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>
- 82.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça, no site [http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)
- 82.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU, no site <https://contas.tcu.gov.br/ords>
- 82.5.** Cadastro de Servidores da Justiça Federal do Espírito Santo.
- 83.** A consulta aos cadastros será realizada em nome do **licitante** e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 84.** Constatada a existência de sanção, o **Pregoeiro** reputará o **licitante** inabilitado, por falta de condição de participação.
- 85.** Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do **licitante classificado em primeiro lugar** será verificada por meio:
- 85.1.** Do **Sicaf** (habilitação parcial), no tocante à documentação relativa à habilitação jurídica, regularidade trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, criada pela Lei 12.440, de 07.07.2011) e fiscal com a Fazenda Nacional, o





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

Sistema da Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

**85.1.1.** Fica assegurado ao licitante que porventura estiver em débito com o sistema da seguridade social, durante a vigência da calamidade pública nacional reconhecida pelo Decreto Legislativo Nº. 6\2020, o que dispõe o § Único, do Art. 3, da Emenda Constitucional Nº. 106, de 07\05\2020.

**85.2.** Dos documentos de habilitação anexados no sistema pelo **licitante**, concomitantemente com a proposta, antes da abertura da sessão pública, conforme “**Seção V – Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação**”, deste Edital.

**86.** É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF, exigidas no item acima, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, **em conjunto com a apresentação da proposta, antes da abertura da sessão pública**, a respectiva documentação atualizada.

**87.** O descumprimento do item acima implicará a inabilitação do **licitante**, **exceto** se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de documentos/certidões feita pelo **Pregoeiro** lograr êxito em encontrar o(s) documento(s) válido(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

**88.** Havendo necessidade, o **Pregoeiro** poderá convocar o **licitante**, por meio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico **Comprasnet**, para enviar documento complementar necessário à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, no prazo de até 02 horas, sob pena de inabilitação.

**88.1.** A documentação complementar em questão permite, apenas, a solicitação de documentos outros para confirmação dos já apresentados, sendo exemplo a requisição de cópia de contrato de prestação de serviços que tenha embasado a emissão de atestado de capacidade técnica já apresentado e a comprovação de que o licitante atende aos requisitos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 5º do Decreto nº. 7.174/2010, caso tenha usufruído desse direito de preferência.

**88.2.** Os **licitantes** deverão disponibilizar, quando solicitados, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, se for o caso, por meio de cópia do instrumento que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, dentre outros documentos.

**88.3.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo **Pregoeiro** por solicitação escrita e justificada do **licitante**, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo **Pregoeiro**.

**88.4.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital

**89.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**90.** Se o **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**90.1.** Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da filial.

**91.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a **licitante** qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do **Edital**.

**92.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por **licitante** qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

**92.1.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo **licitante**, mediante apresentação de justificativa.

**92.2.** A não regularização da documentação fiscal e trabalhista, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste **Edital**, e facultará ao **Pregoeiro** convocar os **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.

**92.3.** Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**93.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **Pregoeiro** suspenderá a sessão pública.

**93.1.** Após a suspensão da sessão pública, o **Pregoeiro** enviará, via chat, mensagens aos **licitantes** informando a data e o horário para seu reinício.

**94.** Será inabilitado o **licitante** que não comprovar sua habilitação seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste **Edital** ou a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo **Pregoeiro** não tenha logrado êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

**95.** Sempre que o **Pregoeiro** julgar o **licitante** inabilitado, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**96.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no **Edital**, o **licitante** será declarado vencedor.

### SEÇÃO XIII – DOS RECURSOS

**97.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista do **licitante** qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de, no mínimo, **30 (trinta) minutos** para que qualquer **licitante** manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema eletrônico **Comprasnet**.

**98.** Havendo quem se manifeste, caberá ao **Pregoeiro** verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer.





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

- 98.1.** O **Pregoeiro** examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.
- 98.2.** Nesse momento o **Pregoeiro** não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 98.3.** No juízo de admissibilidade das intenções de recurso será avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação (TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1).
- 99.** A falta de manifestação imediata e motivada do **licitante** quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e o **Pregoeiro** estará autorizado a adjudicar o objeto ao **licitante** vencedor.
- 100.** Uma vez admitido o recurso, o licitante recorrente terá, a partir da data que o **Pregoeiro** aceitar o recurso, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico Comprasnet.
- 101.** Desde logo, os demais **licitantes** ficarão intimados para, se desejarem, apresentarem contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar da data final do prazo do licitante recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 102.** A intenção de recurso, devidamente motivada, será analisada independentemente da apresentação de razões recursais.
- 103.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 104.** Os recursos serão decididos pelo Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo.
- 105.** O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

#### SEÇÃO XIV – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 106.** A sessão pública poderá ser reaberta:
- 106.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 106.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o **licitante** declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 107.** Todos os **licitantes** remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 107.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico **Comprasnet** (“Mensagens”).





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

**107.2.** Adicionalmente, a convocação do **licitante** poderá ser realizada por e-mail, se esse dado estiver disponível ao **Pregoeiro** no **Comprasnet** ou **SICAF** e de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**107.3.** É responsabilidade do **licitante** manter seus dados cadastrais atualizados.

#### SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**108.** O objeto deste **Pregão** será adjudicado pelo **Pregoeiro**, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

**109.** A homologação deste **Pregão** compete à Diretora da Secretaria Geral da Seção Judiciária do Espírito Santo.

#### SEÇÃO XVI – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**110.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

#### SEÇÃO XVII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

**111.** Depois de homologado o resultado deste **Pregão**, o **licitante vencedor** será convocado para assinatura do contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste **Edital**.

**111.1.** Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo **licitante** vencedor em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste **Edital**.

**111.2.** O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo **licitante** vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito por esta Administração.

**111.3.** Preferencialmente, o contrato será assinado digitalmente.

**111.4.** Caso não seja viável a assinatura digital, o prazo de que trata o *caput* desta cláusula será de 10 (dez) dias.

**112.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

**112.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993.

**112.2.** A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos.

**112.3.** A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

**113.** O prazo de vigência da contratação é de 48 (quarenta e oito) meses.

**114.** Por ocasião da assinatura do contrato, será verificada a representatividade legal do assinante, regularidade fiscal e trabalhista da empresa vencedora, bem como possível suspensão temporária de participação em **licitação**, no âmbito do órgão ou entidade, e proibição de contratar com a União, conforme exigido nas respectivas condições de habilitação e participação consignadas no **Edital**.





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

**115.** Como condição para assinatura do contrato, será exigida, conforme Anexo 1 – Termo de Referência, deste **Edital**:

**115.1.** Indicação de 01 (um) preposto para a supervisão dos serviços contratados, com poderes para solucionar problemas oriundos da relação contratual.

**116.** Na hipótese de o vencedor da **licitação** não comprovar as condições de habilitação consignadas no **Edital** ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e demais cominações legais cabíveis a esse **licitante**, poderá convocar outro **licitante**, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

#### SEÇÃO XVIII – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

**117.** As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este **Edital**.

#### SEÇÃO XIX – DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

**118.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

#### SEÇÃO XX – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

**119.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

#### SEÇÃO XXI – DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

**120.** Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

#### SEÇÃO XXII – DO PAGAMENTO

**121.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este **Edital**.

#### SEÇÃO XXIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**122.** O **licitante** será sancionado com o impedimento de licitar e contratar com a União e será descredenciado no **SICAF**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, nos seguintes casos:

**122.1.** Não assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta.

**122.2.** Deixar de entregar a documentação exigida no **Edital**.

**122.3.** Apresentar documentação falsa.

**122.4.** Causar o atraso na execução do objeto.

**122.5.** Não mantiver a proposta.

**122.6.** Falhar na execução do contrato.







SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

**122.7.** Fraudar a execução do contrato.

**122.8.** Comportar-se de modo inidôneo.

**122.9.** Declarar informações falsas.

**122.10.** Cometer fraude fiscal.

**123.** As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em **Pregão** para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

**124.** A ausência de entrega de documentos exigidos no certame licitatório, bem como sua entrega de forma incompleta, independentemente do resultado do certame, sujeitará o **licitante** à apuração de responsabilidade administrativa pertinente, com a possível aplicação das sanções previstas na Lei nº. 8.666/93, na Lei nº. 10.520/2002, no presente **Edital** e nos demais atos normativos desta Administração.

**125.** O não cumprimento injustificado pela contratada de quaisquer das obrigações, dentro dos prazos estabelecidos neste **Edital**, sujeita-la-á às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

**126.** Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

**127.** Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas são regulamentados pela NI-4-09, desta Seção Judiciária, conforme condições estabelecidas a seguir:

**127.1.** Inexecuções totais: multa indenizatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor global do contrato.

**127.2.** Inexecuções parciais: multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação.

**127.3.** Atrasos injustificados na execução do contrato: multa de mora diária de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da obrigação.

**127.4.** O prazo para pagamento de multa indenizatória será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

**128.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**129.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do **licitante**, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**130.** A apuração de atos lesivos à Administração Pública será conforme Lei nº. 12.846/2013.

**131.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os **licitantes**, em qualquer momento da **licitação**, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**132.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao **licitante/adjudicatário**, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

**133.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**134.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no **SICAF**.

**135.** As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

#### SEÇÃO XXIV – DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

**136.** Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico [pregoeiro@ifes.jus.br](mailto:pregoeiro@ifes.jus.br), até às 19 horas, no horário de Brasília/DF.

**137.** A impugnação será decidida no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

**138.** A impugnação deverá conter os seguintes dados do interessado ou de quem o represente: nome e endereço completos, telefone, data e assinatura do interessado ou de seu representante, formulação do pedido, com exposição dos fatos e seus fundamentos.

**139.** Acolhida a impugnação contra este **Edital**, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**140.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico [pregoeiro@ifes.jus.br](mailto:pregoeiro@ifes.jus.br), até às 19 horas, no horário de Brasília/DF.

**141.** Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido.

**142.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**142.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **Pregoeiro**, nos autos do processo de **licitação**.

**143.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico e vincularão os participantes e a Administração.

#### SEÇÃO XXV – DISPOSIÇÕES FINAIS

**144.** A **Pregoeira RAFAELA RIBEIRO MUNIZ** está designada para a realização da sessão pública deste **Pregão**, podendo ser substituída por outra(o), entre os **Pregoeiros** desta Seção Judiciária, conforme previsto na Portaria Nº JFES-POR-2019/00075, de 16 de dezembro de 2019.

**145.** O **Edital** está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e [www.ifes.jus.br](http://www.ifes.jus.br), na opção “Licitações”.

**146.** O **Edital** poderá ser obtido junto à na Seção de Licitações desta Seção Judiciária, situada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877, sala 142, CEP: 29.053-245, Monte Belo – Vitória - ES, no horário de 12:00 as 17:00 horas. Telefones: 27-3183-5105/5094 (12 às 19h). E-mail: [selic@ifes.jus.br](mailto:selic@ifes.jus.br).





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

147. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no mesmo endereço acima.
148. Em caso de divergência entre disposições deste **Edital** e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste **Edital**.
149. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste **Edital**, prevalecerão as últimas.
150. Este **Pregão** poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da SJES, sem prejuízo do disposto no art. 4, inciso V, da Lei nº 10.520/2002.
151. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Pregoeiro**.
152. Da sessão pública do **Pregão** divulgar-se-á Ata no sistema **Comprasnet**, imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.
153. Todas as referências de tempo no **Edital**, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
154. A participação no presente certame implicará aceitação integral e irretratável das normas contidas neste **Edital** e seus anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares que disciplinem a matéria.
155. Os **licitantes** assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
156. É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
157. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.
158. As normas que disciplinam este **Pregão** serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
159. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do **licitante**, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
160. Na contagem dos prazos estabelecidos neste **Edital** e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
161. O Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Espírito Santo poderá revogar o certame somente em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação e deverá anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.





SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO  
NÚCLEO DE CONTRATAÇÕES - NCO  
SEÇÃO DE LICITAÇÕES - SELIC

- 161.1.** A anulação do **Pregão** induz à do contrato.
- 161.2.** Os **licitantes** não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 162.** As decisões do **Pregoeiro** somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela Diretora da Secretaria Geral da Seção Judiciária do Espírito Santo.
- 163.** A homologação do resultado desta **licitação** não implicará direito à contratação.
- 164.** Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Primeiro Grau – Seção Judiciária do Espírito Santo para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências decorrentes do presente CERTAME, que não possam ser dirimidas administrativamente.

#### SEÇÃO XXVI – DOS ANEXOS

- 165.** São partes integrantes deste **Edital** os seguintes anexos:
- 165.1.** Anexo 1 - Termo de Referência.
- 165.2.** Anexo 2 – Modelo de Planilha de Formação de Preço.
- 165.3.** Anexo 3 – Planilha Demonstrativa de Preços.
- 165.4.** Anexo 4 – Minuta de Contrato.

Vitória, 22 de outubro de 2020.

JULIANA SILVA PRADO LUCHI

**SUPERVISORA DA SEÇÃO DE LICITAÇÕES**



**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA  
LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS**

**01 – OBJETO**

1.1. Locação, com instalação e manutenção de centrais privadas de comutação telefônica baseadas em tecnologia de comutação temporal (PABX CPA-T Digital), autônomas e configuráveis, além de aparelhos telefônicos digitais, para atendimento da demanda de telecomunicações da Justiça Federal de Primeiro Grau no Espírito Santo.

1.2. Fazem parte do Lote as seguintes localidades:

LOCAL
Compreenderá a prestação dos serviços na Sede da Justiça Federal - Vitória – ES
Compreenderá a prestação dos serviços na Subseção Judiciária de Serra – ES
Compreenderá a prestação dos serviços na Subseção Judiciária de Cachoeiro de Itapemirim – ES
Compreenderá a prestação dos serviços na Subseção Judiciária de São Mateus – ES
Compreenderá a prestação dos serviços na Subseção Judiciária de Colatina – ES
Compreenderá a prestação dos serviços na Subseção Judiciária de Linhares – ES

**02 - DOS ENDEREÇOS**

2.1. Os equipamentos serão instalados nos seguintes endereços:

- 2.1.1. Sede da Justiça Federal de Primeiro Grau no Espírito Santo, situada na Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, 1877 – Ilha de Monte Belo – Vitória – ES – CEP 29053-245
- 2.1.2. Vara Federal de Serra, situada na Rua 1D, S/Nº - Esquina com a Norte Sul – Bairro Civit II – Carapina – Serra – ES – CEP 29168
- 2.1.3. Vara Federal de Cachoeiro de Itapemirim, situada na Av. Monte Castelo, s/n – Independência – Cachoeiro de Itapemirim – ES – CEP 29306-500
- 2.1.4. Vara Federal de São Mateus, situada na Rua Cel. Constantino Cunha, 1334 - Fátima - São Mateus - ES – CEP 29933-530
- 2.1.5. Vara Federal de Colatina, situada na Av. Brasil, 232, Lacê - Colatina - ES – CEP 29703-032
- 2.1.6. Vara Federal de Linhares, situada na Av. Hans Schmoger, 808 - Nossa Senhora da Conceição - Linhares – ES - CEP 29900-495

**03 - TERMOS UTILIZADOS**

CPA	Controle por Programa Armazenado
CPA-T	Controle por Programa Armazenado Temporal
CPCT	Central Privada de Comutação Telefônica – PBX/PABX
DAC	Distribuição Automática de Chamadas
DDD	Discagem Direta à Distância
DDI	Discagem Direta Internacional
DDR	Discagem Direta a Ramal
DIC	Discagem Interurbana a Cobrar
DLC	Discagem Local a Cobrar
MODEM	Modulator Demodulator



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



JFSEOF202000167V01

SIGA



JFSEOF202000167V02

SIGA

PABX Private Automatic Branch Exchange

#### 04 - REQUISITOS GERAIS E DOCUMENTOS APLICÁVEIS

4.1. O sistema objeto desta locação inclui Central Privada de Comutação Telefônica - tendo como características principais:

- Controle por Programa Armazenado – CPA (configuração e controle via software).
- Matriz de comutação temporal (TDM) e modulação por código de pulsos (PCM).

4.2. Serão aceitos equipamentos usados desde que atendam completamente às especificações e estejam em perfeito estado de funcionamento.

4.3. Todos os equipamentos deverão ser totalmente tropicalizados, não devendo necessitar de condições ambientais restritivas para o seu funcionamento, bem como não exigir condições especiais de instalação.

4.4. Todos os equipamentos oferecidos deverão ser de um mesmo fabricante, salvo casos de comprovada indisponibilidade de fornecimento.

4.5. Além das condições estabelecidas nesta especificação, são também condições obrigatórias aquelas estabelecidas pelas normas técnicas da ABNT, MINICOM e ANATEL aplicáveis aos sistemas de telefonia vigentes na ocasião da prestação do serviço.

#### 05 - CONFIGURAÇÃO DAS CENTRAIS

As CPCTs deverão utilizar a menor quantidade possível de placas e/ou módulos que satisfaçam as configurações listadas neste item, sendo, contudo, admitido extrapolar as quantidades referidas, até a quantidade múltipla padrão do fabricante.

A Proponente deverá informar, na proposta de preço, o fabricante, modelo e a capacidade final máxima de portas que a solução pode alcançar. Na Central de Vitória (Item 1) a capacidade final mínima exigida é de 600 (seiscentas) portas, sendo que este quantitativo refere-se somente a portas digitais e analógicas.

##### 5.1 - CONFIGURAÇÃO MÍNIMA NECESSÁRIA DAS CPCTs :

###### 5.1.1. CENTRAL DE VITÓRIA (Sistema de Telefonia)

- 60 portas para entroncamento digital E1 bidirecional a 64Kbps por canal sob sinalização ISDN (a JF/ES já utiliza);
- 264 portas para ramais analógicos;
- 120 portas para ramais digitais 2B+D a dois fios;
- 107 aparelhos telefônicos digitais 2B+D a dois fios, conforme item 11;
- 01 Modem para manutenção remota;
- 01 Sistema de suprimento de energia, conforme item 9;
- 01 Sistema de Rota de Menor Custo (LCR);
- 01 sistema de tarifação, conforme item 10;
- 01 Sistema de fornecimento ininterrupto de energia.

###### 5.1.2. CENTRAL DE SERRA (Sistema de Telefonia)

- 30 portas para entroncamento digital E1 bidirecional a 64Kbps por canal sob sinalização R2 (a JF/ES já utiliza);
- 30 portas para ramais analógicos;
- 08 portas para ramais digitais 2B+D a dois fios;
- 04 aparelhos telefônicos digitais 2B+D a dois fios, conforme item 11;
- 01 Modem para manutenção remota;
- 01 Sistema de suprimento de energia, conforme item 9;



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>

SIGA

- 01 Sistema de Rota de Menor Custo (LCR);
- 01 sistema de tarifação, conforme item 10;
- 01 Sistema de fornecimento ininterrupto de energia.

#### 5.1.3. CENTRAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (Sistema de Telefonia)

- 30 portas para entroncamento digital E1 bidirecional a 64Kbps por canal sob sinalização R2 (a JF/ES já utiliza);
- 60 portas para ramais analógicos;
- 32 portas para ramais digitais 2B+D a dois fios;
- 13 aparelhos telefônicos digitais 2B+D a dois fios, conforme item 11;
- 01 Modem para manutenção remota;
- 01 Sistema de suprimento de energia, conforme item 9;
- 01 Sistema de Rota de Menor Custo (LCR);
- 01 sistema de tarifação, conforme item 10;
- 01 Sistema de fornecimento ininterrupto de energia.

#### 5.1.4. CENTRAL DE SÃO MATEUS (Sistema de Telefonia)

- 30 portas para entroncamento digital E1 bidirecional a 64Kbps por canal (G.703 G.704) sob sinalização ISDN, EDSS1+ QSIG ou R2, CAS, com sua respectiva interface lógica e elétrica e todos acessórios necessários;
- 40 portas para ramais analógicos;
- 08 portas para ramais digitais 2B+D a dois fios;
- 05 aparelhos telefônicos digitais 2B+D a dois fios, conforme item 11;
- 01 Modem para manutenção remota;
- 01 Sistema de suprimento de energia, conforme item 9;
- 01 Sistema de Rota de Menor Custo (LCR);
- 01 sistema de tarifação, conforme item 10;
- 01 Sistema de fornecimento ininterrupto de energia.

#### 5.1.5. CENTRAL DE COLATINA (Sistema de Telefonia)

- 30 portas para entroncamento digital E1 bidirecional a 64Kbps por canal (G.703 G.704) sob sinalização ISDN, EDSS1+ QSIG, ou R2, CAS, com sua respectiva interface lógica e elétrica e todos acessórios necessários;
- 30 portas para ramais analógicos;
- 08 portas para ramais digitais 2B+D a dois fios;
- 05 aparelhos telefônicos digitais 2B+D a dois fios, conforme item 11;
- 01 Modem para manutenção remota;
- 01 Sistema de suprimento de energia, conforme item 9;
- 01 Sistema de Rota de Menor Custo (LCR);
- 01 sistema de tarifação, conforme item 10;
- 01 Sistema de fornecimento ininterrupto de energia.

#### 5.1.6. CENTRAL DE LINHARES (Sistema de Telefonia)

- 30 portas para entroncamento digital E1 bidirecional a 64Kbps por canal (G.703 G.704) sob sinalização ISDN, EDSS1+ QSIG, ou R2, CAS, com sua respectiva interface lógica e elétrica e todos acessórios necessários;
- 30 portas para ramais analógicos;
- 08 portas para ramais digitais 2B+D a dois fios;
- 05 aparelhos telefônicos digitais 2B+D a dois fios, conforme item 11;
- 01 Modem para manutenção remota;
- 01 Sistema de suprimento de energia, conforme item 9;
- 01 Sistema de Rota de Menor Custo (LCR);



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>

SIGA

- 01 sistema de tarifação, conforme item 10;
- 01 Sistema de fornecimento ininterrupto de energia.

#### OBSERVAÇÃO:

Os equipamentos, placas, módulos ou sistemas devem ser fornecidos com todos os acessórios necessários (autorizações de uso, softwares e hardwares) ao perfeito funcionamento dos mesmos.

### 06 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DAS CENTRAIS

- 6.1. As CPCTs deverão contemplar todo o hardware e software necessário para atender a sua demanda. Deverão ter construção modular, permitindo ampliação por meio de acréscimo de módulos, placas e/ou bastidores.
- 6.2. Devem interligar-se digitalmente às Centrais de Trânsito das Operadoras de Telecomunicações, por meio de conexão E1 (G.703/G.704), para estabelecimento de ligações locais, DDD e DDI. O encaminhamento deverá ser automático, de forma a não haver necessidade de o usuário discar um código ou prefixo diferente do dígito padrão de acesso externo.
- 6.3. Devem dispor de sistema de Discagem Direta a Ramal (DDR), permitindo que as chamadas provenientes da rede pública sejam encaminhadas diretamente aos ramos de destino, sem a intervenção da mesa de telefonista.
- 6.4. Devem permitir bloqueio de chamadas de entrada locais e interurbanas, a cobrar (DIC e DLC) em linhas tronco DDR analógicas ou digitais através de configuração selecionável para cada ramal.
- 6.5. Devem possibilitar o entroncamento com a Rede Pública Local por meios analógicos e/ou digitais.
- 6.6. Devem permitir a categorização dos ramos quanto ao acesso e às facilidades.
- 6.7. Devem dispor de sistema para a identificação do chamador (na sinalização DDR) e apresentá-la no display dos aparelhos digitais, além de registrá-la na bilhetagem das chamadas de entrada.
- 6.8. As interfaces dos ramos analógicos deverão obrigatoriamente utilizar um único par de fios na conexão aos aparelhos telefônicos.
- 6.9. As interfaces dos ramos digitais deverão obrigatoriamente utilizar um único par de fios na conexão aos aparelhos telefônicos.
- 6.10. Devem permitir a identificação e bloqueio de chamadas dirigidas ao serviço interurbano automático (DDD) e/ou internacional (DDI) para determinada categoria de ramos.
- 6.11. O rearme das CPCTs (RESET), deverá ser feito de forma automática, sem necessidade de qualquer intervenção manual.
- 6.12. As CPCTs devem possuir recurso de música em espera, interno ou externo ao equipamento, podendo ser de outro fabricante, desde que atenda as necessidades da Justiça Federal, para espera "Loopback" com mensagem de até 90 segundos gravada especificamente segundo script a ser fornecido pela Seção Judiciária.
- 6.13. Atendedor automático, que permite o atendimento automático de chamadas externas e reprodução de mensagens, seleção automática ou manual de mensagens, exemplo: diurna / noturna / feriado / fim de semana/ etc.

### 07 - FACILIDADES DOS RAMAIS

- Troncos analógicos
- Troncos digitais E1
- Discagem direta a ramal (DDR)
- Identificação de chamadas



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



JFSEOF202000167V01

SIGA



JFSEOF202000167V02

SIGA



- Bloqueio de chamada DDD/DDI
- Desvio para número interno, externo e em caso de não atendimento
- Transferência
- Conferência
- Captura
- Programação remota
- LCR – Rota de menor custo
- Bilhetagem
- Transferência externa para externa
- Siga-me externo
- Grupo de atendimento

#### 08 -FACILIDADES DE REDE

As CPCTs deverão possuir recursos que permitam a interligação a outras centrais telefônicas particulares através de “tielines”, formando uma rede privativa de telefonia na qual a conexão às outras centrais remotas privadas seja efetuada de forma transparente aos usuários, não sendo necessário discar o código de captura dos “tielines” e suprimindo o tom intermediário da ligação. O protocolo de rede deverá ser suficientemente inteligente a ponto de encaminhar as chamadas internas e externas, independentemente do plano de numeração, e permitir a interligação em rede privada. O plano de numeração das CPCTs deverá ser homogêneo.

#### 09 - SISTEMA DE ENERGIA

9.1. Devem ser fornecidos e instalados sistemas compostos por fonte carregadora e banco de baterias, para garantir o suprimento contínuo de energia elétrica. Este sistema deverá garantir a operação dos equipamentos por 02 (duas) horas ininterruptas no caso de ausência da rede elétrica comercial supondo funcionamento na hora de maior movimento (HMM) das CPCTs.

9.2. Quando for constatado que o banco de baterias alcançou o final de sua vida útil ou a capacidade de retenção de carga for menor que uma hora de serviço da central, a contratada deverá realizar a substituição integral de todas as baterias.

#### 10 – SISTEMA DE REGISTRO DE LIGAÇÕES E GERENCIAMENTO DOS RAMAIS

10.1 Deverá ser fornecido software na plataforma MS-Windows, além das licenças necessárias, para registro de todas as chamadas de entrada e saída de todas centrais fornecidas;

10.2 O registro das chamadas deverá ser realizado de forma centralizada e remota, em uma única máquina, através de conexão de rede de computadores fornecida pela CONTRATANTE que conectará todos os equipamentos envolvidos;

10.3 Deverá ser possível consultar o registro das ligações efetuados para cada ramal, onde deve constar no mínimo, data, hora, numero de origem com código de área, numero de destino com código de área, duração da chamada;

10.4 O gerenciamento dos ramais será efetuado através de manutenção remota solicitada, a qualquer tempo, pela Seção de Serviços de Telefonia da CONTRATANTE;

#### 11 - CARACTERÍSTICAS DOS APARELHOS TELEFÔNICOS DIGITAIS

11.1. Devem ser compostos por base e monofone na mesma cor.

11.2. Devem possuir controle de volume de campainha com, no mínimo, 2 (duas) posições: alto e baixo.



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>

- 11.3. Devem possuir controle de volume de recepção do sinal de voz, sendo que mesmo na posição de volume mínimo, o sinal possa ser ouvido.
- 11.4. Devem operar em viva-voz possibilitando a operação sem o uso das mãos com o monofone no descanso, controle de volume de recepção com ajuste, de modo que mesmo com o volume em sua posição mínima o sinal de voz possa ser ouvido.
- 11.5. Devem possuir visor alfanumérico ajustável de no mínimo 2 linhas de 16 caracteres cada.
- 11.6. Devem possuir o mínimo de 5 (cinco) teclas de programação com L.E.D de monitoramento.
- 11.7. Devem ser alimentados a partir da central pelo mesmo par de fios de dados.
- 11.8. Devem possuir tecla "mute".

## 12 – INSTALAÇÃO

- 12.1. A instalação deverá ser realizada fora do horário de expediente da Seção Judiciária e compreenderá os seguintes serviços:
- 12.1.1. Montagem dos novos equipamentos e interligação destes aos DGs principais dos prédios.
- 12.1.2. Testes e configuração geral do sistema.
- 12.2. A instalação compreenderá ainda todos os serviços, materiais ou equipamentos necessários ao perfeito funcionamento das Centrais Privadas de Comutação Telefônica, mesmo que não previstos por este projeto básico.
- 12.3. Ao término dos serviços e da instalação, o gestor fará o RECEBIMENTO PRÓVISÓRIO por meio de recebimento nos autos, certificando a respectiva data de conclusão, a partir da qual terá início o prazo de inspeção para avaliar se os serviços foram prestados em conformidade com as exigências do Edital.
- 12.4. O período de inspeção será de até 05(cinco) dias úteis, contados da data certificada no Termo de Recebimento Provisório.
- 12.5. Se eventualmente for detectado problema na execução dos serviços, a Contratada será notificada pelo gestor do contrato para providenciar as correções, que deverão ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de recebimento da notificação.
- 12.6. Estando os serviços de acordo com o Edital, o gestor de contrato realizará o RECEBIMENTO DEFINITIVO.
- 12.7. Os valores devidos pela locação dos equipamentos somente vigorarão após sua completa instalação, estando os mesmos operando em condições normais.
- 12.8. Após o início da operação, ficarão a encargo da contratada todos os serviços de manutenção dos equipamentos locados, com reposição de peças defeituosas por outras novas, ou com características iguais ou superiores às locadas originalmente. Estão, portanto, excluídos os aparelhos analógicos de propriedade da Justiça Federal e a rede telefônica interna.
- 12.9. A Contratada deverá realizar, pelo menos, uma visita mensal na unidade do Item 1 para fazer a manutenção preventiva do equipamento contratado. Nas demais unidades as visitas poderão ser realizadas somente quando necessário e/ou solicitado pela Contratante.
- 12.9. A contratada deverá providenciar às suas custas todas as atualizações do firmware da central e dos softwares de bilhetagem e gerenciamento dos ramais que forem solicitadas. A contratada será ainda responsável por qualquer atualização que se faça necessária nos equipamentos para atendimento a exigências futuras da operadora ou da Anatel.

## 13 – PRAZO

- 13.1. O Gestor do Contrato comunicará por escrito à Contratada, através da Ordem de Início dos Serviços, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, a data do início da instalação, devendo o serviço de instalação ser concluído em até 05 (cinco) dias úteis.
- 13.2. Para o início da execução dos serviços será exigido da contratada ART paga e assinada.



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02

SIGA

13.3. A duração da locação é de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da certidão emitida pelo gestor de contrato de que as centrais e todos os demais equipamentos estão disponibilizados à CONTRATADA, ou seja, assim que todos os equipamentos estiverem instalados e em operação.

#### 14 – FORMA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Os serviços se iniciam com a instalação das centrais constantes nos endereços do item 2 deste termo.
- 14.2. O local da instalação, bem como as partes afetadas, deverão ser mantidos devidamente limpos, devendo ser prevista a proteção dos bens móveis, no caso de risco de danos ou manchas provenientes do serviço, com material apropriado.
- 14.3. O deslocamento de móveis dentro das salas será feito pela CONTRATADA bem como a limpeza geral dos locais após a instalação.
- 14.4. Será exigida da CONTRATADA, em caso de defeito, a substituição dos itens abaixo listados, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação pela área responsável pela fiscalização, por meio de e-mail.
- 14.4.1. Aparelhos digitais;
  - 14.4.2. Placa para ramais digitais;
  - 14.4.3. Placa para ramais analógicos.
- 14.5. A CONTRATADA deverá manter constante gerenciamento da conta de e-mail indicada, mantendo-a ativa e fazendo atualizações constantes dos e-mail's recebidos e enviados durante o prazo de prestação dos serviços;
- 14.6. A CONTRATADA deverá acusar o recebimento do e-mail de solicitação de serviço da CONTRATANTE no prazo máximo de 1 (uma) hora após o horário que a CONTRATANTE o enviou;
- 14.7. A contagem do prazo para acusar o recebimento do e-mail será paralisada às 19 horas do dia do envio, sendo esta continuada às 8 horas do dia útil seguinte;
- 14.8. Decorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da CONTRATADA, a solicitação de serviço será considerada como recebida e será iniciada a contagem do prazo para atendimento, conforme prescrito neste Termo de Referência;
- 14.9. O prazo para atendimento da solicitação de serviço é de 24 (vinte e quatro) horas a partir do recebimento da referida solicitação pela CONTRATADA;

#### 15 - DA VISITA TÉCNICA OPCIONAL DOS SERVIÇOS

- 15.1. O conhecimento dos locais onde os serviços serão prestados poderá ser feito opcionalmente através da visita técnica;
- 15.2. A visita técnica deverá ser previamente agendada pelo telefone (27) 3183.5000, no horário de 12:00 às 19:00, até o último dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública do certame.

#### 16 – DOS PREÇOS

A proponente deverá apresentar planilha de preços conforme modelo anexo de modo a justificar o preço global e embasar possíveis expansões futuras.

#### 17 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02

SIGA

- 17.1. Fornecer todos os materiais, mão-de-obra, equipamentos, transporte e ferramentas necessárias para a execução dos serviços descritos neste Termo, inclusive aqueles de segurança e proteção individual;
- 17.2. Executar os serviços com empregados especializados e devidamente uniformizados e portando carteira funcional (crachá);
- 17.3. Fornecer equipamentos cujas peças, componentes, acessórios e materiais estejam disponíveis (ou em linha de fabricação) no mercado, para imediato atendimento aos chamados para reparo técnico;
- 17.4. Instalar os equipamentos nos locais indicados e nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
- 17.5. Retirar, ao término do contrato, os equipamentos das dependências da Justiça Federal no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis após o término contratual.
- 17.6. Levar imediatamente ao conhecimento do Supervisor da Seção de Serviços de Telefonia qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução do Contrato;
- 17.7. Indicar Preposto (a) para supervisão dos serviços contratados, sendo este o elo entre a Contratada e a Contratante, devendo possuir poderes para solucionar problemas oriundos da relação contratual, sobretudo regularização de pendências. O(a) Preposto(a) terá obrigação de se reportar, quando necessário, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e de tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas na execução do Contrato.
- 17.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, as peças, componentes e acessórios em que se verificarem vícios, defeitos e/ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados;
- 17.9. Fornecer, quando necessário para a perfeita prestação dos serviços ou solicitado pela CONTRATANTE, mão de obra especializada e habilitada a manter o equipamento em perfeito estado de conservação e funcionamento;
- 17.10. Realizar manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos nos prazos e condições estabelecidos pela CONTRATANTE de forma a mantê-los em regular e contínuo funcionamento. A manutenção PREVENTIVA deverá ser feita mensalmente em todas as localidades constantes no item 2 deste Termo de Referência, sendo que na localidade listada no subitem 2.1.1 esta não poderá ocorrer remotamente, deverá ser realizada com equipe técnica no referido local;
- 17.11. A empresa Contratada será responsável por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto lícito;
- 17.12. A empresa Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e neste Termo de Referência;
- 17.13. A empresa contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – emitida junto ao CREA, relativa à instalação das CPCTs, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após o recebimento da Ordem de Início dos Serviços.

#### 18 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 18.1. A comprovação da qualificação técnica se dará através da apresentação de um Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando haver prestado ou estar prestando, A CONTENTO, serviços de instalação de Central Telefônica Privada de comutação telefônica baseada em tecnologia de comutação temporal (PABX CPA-T Digital).

#### 19 - DO PAGAMENTO



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02

SIGA

A instalação dos equipamentos será paga após a conclusão dos serviços e atesto na respectiva nota fiscal. A locação será paga mensalmente.

- 19.1. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no contrato.
- 19.2. O pagamento será efetuado à vista da apresentação da nota fiscal/fatura do serviço prestado, devidamente atestada pelo gestor do contrato, até o 5º dia útil contado do recebimento, pelo gestor, da nota fiscal/fatura, considerando-se como data de pagamento a data de emissão da ordem bancária.
- 19.3. O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
- 19.4. A CONTRATADA optante pelo Simples deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração conforme modelo constante na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 (alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.540 de 05 de janeiro de 2015). Caso não o faça, ficará sujeita à retenção de imposto e contribuições, de acordo com a referida Instrução.
- 19.5. A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado para o pagamento, que recomeçará a ser contado integralmente a partir da data de sua reapresentação.
- 19.6. A compensação financeira será admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pela Administração, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.
- 19.7. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento poderão ser calculados com a utilização da seguinte fórmula:  

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela a ser paga em atraso;  
I = Índice de compensação financeira, assim apurado:  

$$I = \frac{TX}{100}$$

365  
TX – Percentual da taxa anual do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – do IBGE.

## 20 – DA ASSINATURA DO CONTRATO

- 20.1. O prazo para a assinatura do contrato será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da convocação formal do vencedor do certame;
- 20.2. Como condição para a assinatura do contrato, será exigido da Contratada:  
20.2.1. Indicação de 01 (um) preposto para a supervisão dos serviços contratados, com poderes para solucionar problemas oriundos da relação contratual. O preposto será o elo da Contratada com a Justiça Federal/ES, por isso, devem ser indicados todos os seus meios de contato e assegurada a sua disponibilidade durante o período das 08 às 19 horas, de segunda-feira a sexta-feira.



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02

SIGA

## 21 – DA FISCALIZAÇÃO

- 21.1. A empresa contratada será a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, todavia a Seção Judiciária do Espírito Santo reserva-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, podendo:
- 21.1.1. Notificar a empresa contratada, por escrito, pela ocorrência de eventuais imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- 21.1.2. Determinar a imediata retirada do local de trabalho de empregado que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização, exigindo sua substituição imediata;
- 21.1.3. Solicitar à empresa contratada, a substituição de qualquer produto fornecido que esteja em desacordo ou insatisfatório;
- 20.1.4. Acompanhar e atestar o recebimento definitivo da execução dos serviços.

## 22 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Para as sanções administrativas serão levadas em conta a legislação federal que rege a matéria concernente às licitações e contratos administrativos e às disciplinas normativas no âmbito da Seção Judiciária do Espírito Santo.

Vitória, 29 de setembro de 2020.

*Vanessa Medina Saade*  
Supervisora da SETEL



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>

SIGA

**ANEXO II - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS**  
**LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS**

<b>I - LOCAÇÃO MENSAL</b>					
<b>VITÓRIA - SEDE</b>					
	Descritivo	Qtd.	Unidade	Valor Unitário mensal (R\$)	Valor Total mensal (R\$)
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	120	porta		R\$ -
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	264	porta		R\$ -
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	60	porta		R\$ -
	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	107	pc		R\$ -
	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável)(*)3	1	pc		R\$ -
	NOBREAK	1	pc		R\$ -
	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote		R\$ -
	<b>SUBTOTAL</b>				R\$ -
<b>SERRA</b>					
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta		R\$ -
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	30	porta		R\$ -
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta		R\$ -
	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	4	pc		R\$ -
	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável)(*)3	1	pc		R\$ -
	NOBREAK	1	pc		R\$ -
	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote		R\$ -
	<b>SUBTOTAL</b>				R\$ -
<b>CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM</b>					
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	32	porta		R\$ -
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	60	porta		R\$ -
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta		R\$ -
	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	13	pc		R\$ -
	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável)(*)3	1	pc		R\$ -
	NOBREAK	1	pc		R\$ -
	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote		R\$ -
	<b>SUBTOTAL</b>				R\$ -
<b>SÃO MATEUS</b>					
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta		R\$ -
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	40	porta		R\$ -
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta		R\$ -
	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	5	pc		R\$ -
	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável)(*)3	1	pc		R\$ -
	NOBREAK	1	pc		R\$ -
	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote		R\$ -
	<b>SUBTOTAL</b>				R\$ -
<b>COLATINA</b>					
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta		R\$ -
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	30	porta		R\$ -
	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta		R\$ -



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>

APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	5	pc	R\$	-
GABINETE (inclusive fonte quando aplicável) (*3)	1	pc	R\$	-
NOBREAK	1	pc	R\$	-
SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$	-
<b>SUBTOTAL</b>			R\$	-
<b>LINHARES</b>				
PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta	R\$	-
PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	30	porta	R\$	-
PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$	-
APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	5	pc	R\$	-
GABINETE (inclusive fonte quando aplicável) (*3)	1	pc	R\$	-
NOBREAK	1	pc	R\$	-
SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$	-
<b>SUBTOTAL</b>			R\$	-
<b>TOTAL LOCAÇÃO MENSAL</b>			R\$	-
<b>II - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO</b>				
<b>SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM MATERIAIS E CONFIGURAÇÃO</b>				
CENTRAL TELEFÔNICA DE VITÓRIA	1	serviço	R\$	-
CENTRAL TELEFÔNICA DE SERRA	1	serviço	R\$	-
CENTRAL TELEFÔNICA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	serviço	R\$	-
CENTRAL TELEFÔNICA DE SÃO MATEUS	1	serviço	R\$	-
CENTRAL TELEFÔNICA DE COLATINA	1	serviço	R\$	-
CENTRAL TELEFÔNICA DE LINHARES	1	serviço	R\$	-
<b>DESPESAS COM DESLOCAMENTO, DIÁRIA E ESTADIA</b>				
CENTRAL TELEFÔNICA DE VITÓRIA	1	serviço	R\$	-
CENTRAL TELEFÔNICA DE SERRA	1	serviço	R\$	-
CENTRAL TELEFÔNICA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	serviço	R\$	-
CENTRAL TELEFÔNICA DE SÃO MATEUS	1	serviço	R\$	-
CENTRAL TELEFÔNICA DE COLATINA	1	serviço	R\$	-
CENTRAL TELEFÔNICA DE LINHARES	1	serviço	R\$	-
<b>TOTAL SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO</b>			R\$	-
<b>VALOR GLOBAL (LOCAÇÃO MENSAL X48 MESES + INSTALAÇÃO)</b>			R\$	-
<b>OBSERVAÇÕES:</b>				
1 -	Esta planilha se destina a padronizar as propostas.			
2 -	Mesmo que haja integração de placas, os valores de preços relativos a todas as quantidades de portas da planilha deverão ser cotados			
3 -	As quantidades de gabinete podem variar de acordo com a peculiaridade técnica dos equipamentos.			
4 -	Os serviços de instalação incluem também, em caso de mudança de endereço, o serviço de desinstalação das centrais nos endereços originais.			



Assinado com senha por VANESSA MEDINA SAADE.  
Documento Nº: 2950596.26696994-8117 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26696994-8117>



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02

SIGA



ANEXO II - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS  
LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTRAIS TELEFÔNICAS

Ref.: Processo n. JFES-EOF-2020/00167				
I - LOCAÇÃO MENSAL				
ITEM 1 - VITÓRIA - SEDE				
Subitem	Descrição	Qtd.	Unidade	Preço Médio Estimado e Máximo Aceitável Unitário
1.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	120	porta	R\$ 3,59
1.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	264	porta	R\$ 3,38
1.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	60	porta	R\$ 1,46
1.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	107	pç	R\$ 6,72
1.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável) (*3)	1	pç	R\$ 746,16
1.6	NOBREAK	1	pç	R\$ 84,43
1.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$ 471,31
SUBTOTAL				R\$ 3.431,66
ITEM 2 - SERRA				
2.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta	R\$ 4,19
2.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	30	porta	R\$ 3,78
2.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$ 2,42
2.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	4	pç	R\$ 6,72
2.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável) (*3)	1	pç	R\$ 351,01
2.6	NOBREAK	1	pç	R\$ 81,81
2.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$ 202,53
SUBTOTAL				R\$ 881,75
ITEM 3 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM				
3.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	32	porta	R\$ 4,16
3.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	60	porta	R\$ 3,66
3.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$ 2,42
3.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	13	pç	R\$ 6,72
3.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável) (*3)	1	pç	R\$ 380,09
3.6	NOBREAK	1	pç	R\$ 81,81
3.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$ 209,12
SUBTOTAL				R\$ 1.183,70
ITEM 4 - SÃO MATEUS				
4.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta	R\$ 4,25
4.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	40	porta	R\$ 3,66
4.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$ 2,42
4.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	5	pç	R\$ 5,83
4.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável) (*3)	1	pç	R\$ 354,21
4.6	NOBREAK	1	pç	R\$ 78,42
4.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$ 241,88
SUBTOTAL				R\$ 956,66
ITEM 5 - COLATINA				
5.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta	R\$ 4,19
5.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	30	porta	R\$ 3,78
5.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$ 2,42
5.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	5	pç	R\$ 6,72
5.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável) (*3)	1	pç	R\$ 354,58
5.6	NOBREAK	1	pç	R\$ 78,42
5.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$ 202,35
SUBTOTAL				R\$ 888,47



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO.  
Documento Nº: 2950596.26743057-4714 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26743057-4714>



JFES-EOF-202000167V02

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



JFES-EOF-202000167V02

SIGA

ITEM 6 - LINHARES				
6.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta	R\$ 4,19
6.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	30	porta	R\$ 3,78
6.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$ 2,42
6.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	5	pç	R\$ 6,72
6.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável) (*3)	1	pç	R\$ 354,58
6.6	NOBREAK	1	pç	R\$ 78,42
6.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$ 202,35
SUBTOTAL				R\$ 888,47
TOTAL LOCAÇÃO MENSAL (soma dos itens 1 ao 6)				R\$ 8.230,71
II - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO				
SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM MATERIAIS E CONFIGURAÇÃO				
CENTRAL TELEFÔNICA DE VITÓRIA	1	serviço	R\$ 2.607,50	R\$ 2.607,50
CENTRAL TELEFÔNICA DE SERRA	1	serviço	R\$ 1.235,00	R\$ 1.235,00
CENTRAL TELEFÔNICA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	serviço	R\$ 1.990,00	R\$ 1.990,00
CENTRAL TELEFÔNICA DE SÃO MATEUS	1	serviço	R\$ 1.310,00	R\$ 1.310,00
CENTRAL TELEFÔNICA DE COLATINA	1	serviço	R\$ 1.235,00	R\$ 1.235,00
CENTRAL TELEFÔNICA DE LINHARES	1	serviço	R\$ 1.235,00	R\$ 1.235,00
DESPESAS COM DESLOCAMENTO, DIÁRIA E ESTADIA				
CENTRAL TELEFÔNICA DE VITÓRIA	1	serviço	R\$ 2.282,93	R\$ 2.282,93
CENTRAL TELEFÔNICA DE SERRA	1	serviço	R\$ 1.869,39	R\$ 1.869,39
CENTRAL TELEFÔNICA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	serviço	R\$ 1.570,10	R\$ 1.570,10
CENTRAL TELEFÔNICA DE SÃO MATEUS	1	serviço	R\$ 1.458,72	R\$ 1.458,72
CENTRAL TELEFÔNICA DE COLATINA	1	serviço	R\$ 1.450,10	R\$ 1.450,10
CENTRAL TELEFÔNICA DE LINHARES	1	serviço	R\$ 1.450,10	R\$ 1.450,10
TOTAL SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO				R\$ 19.693,84
VALOR GLOBAL (LOCAÇÃO MENSAL X48 MESES + INSTALAÇÃO)				R\$ 414.767,92

Vitória, 16 de outubro de 2020.

Edma Eline de Jesus Loureiro  
Supervisora da Seção de Compras



JFESEOF202000167V02



JFESEOF202000167V02



Assinado digitalmente por EDMA ELINE DE JESUS LOUREIRO.  
Documento Nº: 2950596.26743057-4714 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26743057-4714>

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>

SIGA





**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /**

**CLÁUSULA QUARTA – DA INSTALAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1. A instalação, bem como a forma como os serviços serão prestados estão descritos nos itens 12 e 14 do Termo de Referência, Anexo ao EDITAL.

**CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO, DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES:**

**5.1 – DO LOCAL:**

5.1.1. Os serviços, objeto do CONTRATO, serão prestados nas seguintes localidades do estado do Espírito Santo: Vitória, Serra, Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Colatina e Linhares, conforme endereços constantes no item 2, do Termo de Referência, Anexo ao EDITAL.

5.1.2. Os endereços listados poderão sofrer alterações durante a execução do contrato, dentro do próprio município, caso em que os serviços deverão ser prestados no novo endereço, que será informado à CONTRATADA.

**5.2 – DO PRAZO:**

5.2.1. Após a assinatura do CONTRATO, o gestor/fiscal técnico emitirá a Ordem de Início dos Serviços, informando a data do início da instalação, devendo a mesma ser concluída em até 05 (cinco) dias úteis.

5.2.2. O prazo de prestação dos serviços de locação e manutenção será de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da data certificada pelo Gestor de CONTRATO, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

5.2.3. A CONTRATADA poderá solicitar a alteração do prazo previsto no subitem anterior, desde que se manifeste até o terceiro dia útil anterior à data de início da prestação dos serviços definida pelo Gestor do CONTRATO, com as devidas justificativas, e desde que comprove suas alegações, suspendendo-se o decurso do prazo até a data do recebimento da comunicação oficial à CONTRATADA acerca da decisão da CONTRATANTE;

**5.3 – REQUISITOS GERAIS E DOCUMENTOS APLICÁVEIS:**

5.3.1. Os requisitos e documentos aplicáveis estão descritos no item 04 do Termo de Referência, anexo ao EDITAL.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

6.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no item 17 do Termo de Referência, anexo do Edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

7.1. A vigência do presente CONTRATO dar-se-á a partir da data de sua assinatura até o término do prazo estabelecido no item 5.2.2 da Cláusula Quinta.



Assinado com senha por SUZANA FERREIRA MORAES COUTINHO.  
Documento Nº: 2950596.26703326-6009 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26703326-6009>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº** / /

**CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E DO REAJUSTE:**

**8.1. DO PREÇO:**

8.1.1. O valor mensal deste **CONTRATO** é composto conforme Tabela abaixo:

<b>I - LOCAÇÃO MENSAL</b>					
<b>ITEM 1 - VITÓRIA - SEDE</b>					
Subitem	Descrição	Qtd.	Unidade	Valor Unitário mensal (R\$)	Valor Total mensal (R\$)
1.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	120	porta	R\$	-
1.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	264	porta	R\$	-
1.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	60	porta	R\$	-
1.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	107	pç	R\$	-
1.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável)(*)3	1	pç	R\$	-
1.6	NOBREAK	1	pç	R\$	-
1.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$	-
SUBTOTAL					R\$ -
<b>ITEM 2 - SERRA</b>					
2.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta	R\$	-
2.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	30	porta	R\$	-
2.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$	-
2.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	4	pç	R\$	-
2.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável)(*)3	1	pç	R\$	-
2.6	NOBREAK	1	pç	R\$	-
2.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$	-
SUBTOTAL					R\$ -
<b>ITEM 3 - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM</b>					
3.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	32	porta	R\$	-
3.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	60	porta	R\$	-
3.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$	-
3.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	13	pç	R\$	-
3.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável)(*)3	1	pç	R\$	-
3.6	NOBREAK	1	pç	R\$	-
3.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$	-
SUBTOTAL					R\$ -
<b>ITEM 4 - SÃO MATEUS</b>					
4.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta	R\$	-
4.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	40	porta	R\$	-
4.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$	-
4.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	5	pç	R\$	-
4.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável)(*)3	1	pç	R\$	-

Página 3 de 8



Assinado com senha por SUZANA FERREIRA MORAES COUTINHO.  
Documento Nº: 2950596.26703326-6009 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26703326-6009>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02

SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO

**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /**

4.6	NOBREAK	1	pç	R\$	-
4.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$	-
SUBTOTAL				R\$	-
<b>ITEM 5 - COLATINA</b>					
5.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta	R\$	-
5.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	30	porta	R\$	-
5.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$	-
5.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	5	pç	R\$	-
5.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável) (*3)	1	pç	R\$	-
5.6	NOBREAK	1	pç	R\$	-
5.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$	-
SUBTOTAL				R\$	-
<b>ITEM 6 - LINHARES</b>					
6.1	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS DIGITAIS	8	porta	R\$	-
6.2	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA RAMAIS ANALÓGICOS	30	porta	R\$	-
6.3	PLACA(S) E DEMAIS ACESSÓRIOS PARA TRONCO DIGITAL E1	30	porta	R\$	-
6.4	APARELHO(S) TELEFÔNICO DIGITAL	5	pç	R\$	-
6.5	GABINETE (inclusive fonte quando aplicável) (*3)	1	pç	R\$	-
6.6	NOBREAK	1	pç	R\$	-
6.7	SOFTWARES, LICENÇAS E QUAISQUER EQUIPAMENTOS NÃO LISTADOS NOS ITENS ANTERIORES DESTA PLANILHA CONCORDANTES COM O TERMO DE REFERÊNCIA	1	lote	R\$	-
SUBTOTAL				R\$	-
<b>TOTAL LOCAÇÃO MENSAL (soma dos itens 1 ao 6)</b>				R\$	-
<b>II - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO</b>					
<b>SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO COM MATERIAIS E CONFIGURAÇÃO</b>					
	CENTRAL TELEFÔNICA DE VITÓRIA	1	serviço	R\$	-
	CENTRAL TELEFÔNICA DE SERRA	1	serviço	R\$	-
	CENTRAL TELEFÔNICA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	serviço	R\$	-
	CENTRAL TELEFÔNICA DE SÃO MATEUS	1	serviço	R\$	-
	CENTRAL TELEFÔNICA DE COLATINA	1	serviço	R\$	-
	CENTRAL TELEFÔNICA DE LINHARES	1	serviço	R\$	-
<b>DESPESAS COM DESLOCAMENTO, DIÁRIA E ESTADIA</b>					
	CENTRAL TELEFÔNICA DE VITÓRIA	1	serviço	R\$	-
	CENTRAL TELEFÔNICA DE SERRA	1	serviço	R\$	-
	CENTRAL TELEFÔNICA DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	1	serviço	R\$	-
	CENTRAL TELEFÔNICA DE SÃO MATEUS	1	serviço	R\$	-
	CENTRAL TELEFÔNICA DE COLATINA	1	serviço	R\$	-
	CENTRAL TELEFÔNICA DE LINHARES	1	serviço	R\$	-
<b>TOTAL SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO</b>				R\$	-

Página 4 de 8



Assinado com senha por SUZANA FERREIRA MORAES COUTINHO.  
Documento Nº: 2950596.26703326-6009 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26703326-6009>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>

SIGA



**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº** /

VALOR GLOBAL (LOCAÇÃO MENSAL X48 MESES + INSTALAÇÃO)			R\$	-
--	--	--	-----	---

8.1.2. O valor global deste **CONTRATO** é de R\$ ( ).

8.1.3. Nos preços contratados deverão estar incluídos: impostos, contribuições, taxas, fretes, transporte e, se houver, seguro, bem como todos os demais encargos incidentes.

**8.2. DO REAJUSTE:**

8.2.1. Os preços dos serviços objeto deste **CONTRATO**, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data limite para apresentação da proposta de preços pela licitante no **PREGÃO**, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se se a variação do **IPCA – IBGE – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula:

**Fórmula de cálculo:**

**Pr = P + (P x V)**, onde:

**Pr** = preço reajustado, ou preço novo;

**P** = preço atual (antes do reajuste);

**V** = variação percentual obtida na forma do item 9.2.1 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

8.2.2. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da **CONTRATADA**.

8.2.2.1. Caso a **CONTRATADA** não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

8.2.2.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

8.2.3. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da **CONTRATADA**, nos termos do item **8.2.2 desta Cláusula**. O percentual final do reajuste não poderá ultrapassar o percentual limite de crescimento da despesa pública para o exercício, fixado nos termos do novo regime fiscal instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15/12/2016.

**CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO:**

9.1. A instalação dos equipamentos será paga após a conclusão dos serviços e atesto na respectiva nota fiscal. A locação será paga mensalmente.

9.2. O prazo para pagamento à **CONTRATADA** e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Item 19, do Termo de Referência do EDITAL e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.



Assinado com senha por SUZANA FERREIRA MORAES COUTINHO.  
Documento Nº: 2950596.26703326-6009 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26703326-6009>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>



**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /**

9.3. A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.

9.4. A Contratada deverá manter, durante toda execução do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES:**

10.1. As penalidades a que fica sujeita a **CONTRATADA**, no caso de inadimplência, são as seguintes:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa;

10.1.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

10.2. A **CONTRATANTE** utiliza nas aplicações de multa os seguintes parâmetros:

10.2.1. **Nas inexecuções totais:** multa indenizatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor global do **CONTRATO**.

10.2.2. **Nas inexecuções parciais:** multa indenizatória de no mínimo 10% (dez por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida ou sobre o valor da adjudicação, esse último nos seguintes casos específicos:

- a) Não entrega de documentação exigida no Termo de Referência, anexo ao **EDITAL** e **CONTRATO**.
- b) Apresentação de declaração ou documentação falsa.
- c) Não manutenção da proposta.
- d) Comportamento inidôneo.
- e) Realização de fraude fiscal.

10.2.3. **Atrasos injustificados na execução do CONTRATO:** multa de mora diária de 0,3% (três décimos por cento), calculada à base de juros compostos, sobre o valor da obrigação inadimplida, limitada a 30% (trinta por cento) do valor da obrigação.

10.3. O prazo para pagamento das multas será de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação.

10.4. Para efeito de aplicação de multas, o valor global corresponde ao valor descrito no **Item 8.1.2 da Cláusula Oitava** do presente **CONTRATO**.

10.5. O não cumprimento injustificado das obrigações contratuais, por parte da **CONTRATADA**, sujeita-la-á, também, às penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/02.

10.6. Os procedimentos de aplicação e de recolhimento das multas são regulamentados pela NI-4-09, desta Seção Judiciária.

Página 6 de 8



Assinado com senha por SUZANA FERREIRA MORAES COUTINHO.  
Documento Nº: 2950596.26703326-6009 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26703326-6009>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>





**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº** / /

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

11.1. As despesas decorrentes do presente **CONTRATO** correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União. No exercício de 2000, à conta a seguir especificada:

**PROGRAMA DE TRABALHO: 085322**  
**ELEMENTO DE DESPESA : 449052-35**  
**NOTA DE EMPENHO : 2000NE000000, de 00/00/2000**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO:**

12.1. A inadimplência parcial ou total das cláusulas e condições estabelecidas neste **CONTRATO**, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério da **CONTRATANTE** declarar rescindido o presente **CONTRATO**, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a (s) multa (s) prevista (s) neste termo e as demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

12.2. O **CONTRATO** poderá, ainda, ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

12.3. Em caso de rescisão por razões de interesse Público, a **CONTRATANTE** enviará à **CONTRATADA**, prévio aviso com antecedência de 30 (trinta) dias.

12.4. A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos Incisos IX, X e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

12.5. Em qualquer caso de rescisão será observado o parágrafo único do artigo 78 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO:**

13.1. A **CONTRATANTE** fiscalizará como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse o exato e fiel cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no **CONTRATO**, na forma do item **21 do Termo de Referência**, anexo do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOCUMENTAÇÃO INTEGRANTE E COMPLEMENTAR:**

14.1. A execução do serviço contratado obedecerá ao estipulado neste termo contratual, bem como às condições assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste **CONTRATO**, independentemente de transcrição, no que não contrariem as cláusulas aqui firmadas:

- 14.1.1. **EDITAL** do Pregão Eletrônico nº / / e seus Anexos;
- 14.1.2. Proposta comercial vencedora, datada de / /, apresentada pela **CONTRATADA**.
- 14.1.3. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, Seguridade Social (CND), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e perante o FGTS (Certificado emitido pela CEF);

Página 7 de 8



Assinado com senha por SUZANA FERREIRA MORAES COUTINHO.  
Documento Nº: 2950596.26703326-6009 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26703326-6009>



JFESEOF202000167V01

SIGA



JFESEOF202000167V02



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>

SIGA



**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº** [REDACTED]

14.1.4. Indicação de funcionário do quadro da **CONTRATADA**, como **PREPOSTO** junto à **CONTRATANTE**, contendo nome completo, números de telefones, e-mail e endereço para correspondência, informando sua responsabilidade por manter atualizadas as informações fornecidas junto à **CONTRATANTE** e para quaisquer questões pertinentes a prestação de serviços vislumbrados neste **CONTRATO**, assegurada a sua disponibilidade durante o período das 08 às 19 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

15.1. A **CONTRATADA** deverá manter atualizados seus dados cadastrais, como número de telefone, e-mail e endereço comercial para fins de comunicação com a **CONTRATANTE**, bem como, informar qualquer alteração em seu Contrato Social/Estatuto/Ata de Assembléia Geral para fins de legitimar quem a representa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO:**

16.1. Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei 8.666/93, o presente instrumento de **CONTRATO** será, na forma de extrato, publicado no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:**

17.1. Para dirimir questões oriundas do presente **CONTRATO** ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o **FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESPÍRITO SANTO**.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, por meio de login e senha, pelos representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**.

Vitória (ES), de [REDACTED] de 20 [REDACTED]

[REDACTED]  
**CONTRATANTE**

[REDACTED]  
**CONTRATADA**



Assinado com senha por SUZANA FERREIRA MORAES COUTINHO.  
Documento Nº: 2950596.26703326-6009 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26703326-6009>



SIGA



SIGA



Assinado com senha por JULIANA SILVA PRADO LUCHI.  
Documento Nº: 2950596.26786759-4528 - consulta à autenticidade em  
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=2950596.26786759-4528>